

As pessoas podem sentir-se discriminadas no ambiente de saúde, e as organizações e os profissionais de saúde devem estar cientes da importância de analisarem os determinantes sociais da saúde. Quando pensamos na população migrante em processo de legalização, as evidências são gritantes.

Falamos de acesso, de intervenção preventiva e promotora de saúde, de fatores socioeconômicos, transportes, habitação, e até a forma como o profissional comunica com pessoas que não dominam a mesma língua e que têm uma aparência pobre e frágil.

A forma como os diagnósticos são comunicados têm resultados na saúde não apenas nessas pessoas, mas também nas comunidades onde vivem. E a análise das consequências da falta de atenção sobre certas franjas de população, tem consequências para toda a saúde pública.

A confusão na percepção e compreensão das instruções, o medo da ilegalidade que paira sobre uma grande parte da população migrante não pode ser impeditivo para a responsabilidade social das comunidades no cuidado com a pessoa, no seu ciclo de vida. Todos contam.

E agora, que uma parte das competências de saúde transitaram para as autarquias, a promoção da saúde e a prevenção da doença não devem ficar por um chavão teórico.

É preciso pois, construir confiança para reduzir as disparidades de saúde.

Os pacientes e os seus cuidadores identificam continuamente a confiança como um componente essencial de uma boa comunicação e tomada de decisão em saúde. Mas não basta a confiança. É preciso mais.

Mesmo falando outra língua e sendo pobre, sem recursos, as pessoas sabem distinguir quando o profissional realmente se importa com elas, e faz algo por elas, e esta vertente de maior humanização nos cuidados faz a diferença no processo de vigilância da saúde e na cura.

Quantas vezes as associações de migrantes relatam de viva voz a urgência de uma saúde mais aberta e disponível para estas pessoas que ainda não conseguiram estabelecer o seu processo de legalização? Continuam a ser pessoas. O país continua a querer ter melhores índices de saúde pública e saúde comunitária.

As comunidades devem tomar medidas reais para integrar estes migrantes em processo de legalização, criando soluções, que podem não ser as ideais, mas que mesmo assim consigam colmatar esta enorme carência de vigilância de saúde.

O que fazer? Unidades de saúde com atendimentos em determinadas horas, postos de vacinação (COVID) com possibilidade de mais alguma vigilância e rastreios, associações desportivas cederem espaços para ações na comunidade, carrinhas móveis, médicos, enfermeiros e assistentes sociais em regime de voluntariado, acordos entre associações e ONGs para esta finalidade. Quantas soluções podemos arranjar? Num mundo que treme e seca todos os dias, todos contam para uma melhor gota de água.

Cristina Vaz de Almeida (PhD)

Presidente da Sociedade Portuguesa de Literacia em Saúde

[Imagem](#)